

V

Tecnoburocracia e Capitalismo

FINALMENTE, DEPOIS DE EXAMINARMOS AS REVOLUÇÕES comunistas e as revoluções militares, devemos examinar a emergência da tecnoburocracia nos países capitalistas avançados. Nosso modelo, para essa análise, serão os Estados Unidos, embora ela seja em grande parte válida para os demais.

O tema deste capítulo contém em si mesmo uma contradição — tecnoburocracia e capitalismo — que expressa bem o que vem ocorrendo nessa área. Paradoxalmente os países tecnologicamente mais avançados são aqueles em que a tecnoburocracia fez menos progressos. Através de um desses típicos saltos a que a história está sujeita, os países comunistas e os países subdesenvolvidos estão instaurando regimes tecnoburocráticos, em substituição a sistemas capitalistas que ainda não tinham tido tempo de se delinear e estruturar. Em certos casos, uma etapa capitalista definida não chegou sequer a se constituir quando uma revolução tecnoburocrática assumiu o poder. Enquanto isso, nos países em que o capitalismo já é maduro, o avanço tecnoburocrático é muito mais lento. As resistências do sistema capitalista são muito mais fortes. Além disso, a ideologia liberal tem raízes profundas, especialmente nos países anglo-saxões, dificultando ainda mais a emergência da tecnoburocracia, cuja ideologia tem caráter eminentemente autoritário.

Não obstante, foi nos países capitalistas avançados, e particularmente nos Estados Unidos, que a tese da tecnoburocracia foi inicialmente levantada. A primeira colocação significativa da questão foi realizada por Berle e Means na célebre pesquisa que realizaram em 1929 sobre as grandes empresas norte-americanas e sobre controle do seu capital.³¹ Nesse trabalho, logo em seu primeiro capítulo, os autores colocam a tese básica do livro: o sistema de propriedade está em transição. Com a concentração do capital em grandes sociedades anônimas e com a democratização do capital, distribuído entre milhares e milhares de acionistas, o sistema industrial capitalista entrou em uma fase de profundas transformações. As empresas deixam de ser controladas por indivíduos ou pequenos grupos, nos termos do capitalismo individualista do século XX. Separa-se o controle das empresas de sua propriedade. O controle das empresas vai passando para um grupo de administradores profissionais, enquanto a propriedade é dividida entre acionistas ausentes.

Em seguida os autores analisam o processo de separação do controle e da propriedade das empresas, que pode ser resumido nos seguintes termos: Ocorreu nos Estados Unidos um extraordinário movimento de concentração do poder econômico. Na época em que a pesquisa foi realizada as 200 maiores empresas controlavam 49% de toda a riqueza das companhias norte-americanas. Para que essa concentração fosse possível, foi necessário recorrer à poupança de um número crescente de pessoas. Daí a dispersão da propriedade de ações, de forma que, entre 4.367 companhias, os seus administradores possuíam 10,7% das ações ordinárias e 5,8% das ações preferenciais. Em muitas empresas nenhum acionista possuía mais

³¹ BERLE JR., Adolf A., e MEANS, Gardiner, *The Modern Corporation and Private Property*, Nova York, Mac Millan, 1950. Primeira edição em 1932. Para os dados abaixo, consultar as pp. 3, 28, 51, 67 e 94. Deve-se assinalar que antes do estudo de Berle e Means a emergência da tecnoburocracia já havia sido revista. Entre os primeiros a adotarem esta posição merece especial menção Max Weber, que afirmava em 1924: "No momento é a ditadura dos funcionários e não a dos trabalhadores que está a caminho". Em *Der Socialismus*, citado por H. H. Gerth e C. Wright Mills em *From Max Weber*, Oxford University Press, 1958, Nova York, p. 50.

do que um por cento do capital. Em vista disto, separou-se o controle da propriedade. Os autores apresentam, então, cinco tipos de controle das empresas e classificam as 200 empresas pesquisadas segundo esses tipos. Teríamos assim que 44% das empresas estariam sob o controle de administradores profissionais; 21% sob o controle legal (sistema de pirâmide, ações sem direito a voto, ações com poder de voto maior do que as outras, etc.); 23% sob o controle da minoria do capital; 5% sob o controle da maioria, e 6% sob o controle praticamente total de um ou alguns indivíduos. A linha divisória entre o controle por administradores profissionais e o controle por minoria foi arbitrariamente estabelecida em 20% do controle do capital.

Com base nesses dados concluíam os autores que estava ocorrendo nos Estados Unidos um extraordinário processo de concentração do capital nas mãos de umas poucas grandes empresas, ao mesmo tempo em que o capital dessas empresas se democratizava, que os seus proprietários perdiam poder, e que este ia cada vez mais se concentrando nas mãos de administradores profissionais (tecnoburocratas, de acordo com nossa terminologia). Separava-se, assim, o controle e a propriedade das empresas. Estas se burocratizavam. Os capitalistas perdiam poder. E na conclusão de seu trabalho afirmavam já em 1932 Berle e Means:

«E' concebível — na verdade parece quase essencial para que o sistema das grandes sociedades anônimas sobreviva — que o controle das grandes empresas venha a se colocar nas mãos de uma tecnocracia perfeitamente neutra, a qual equilibraria as reivindicações dos diversos grupos da comunidade e atribuiria a cada um uma parte do fluxo de renda à base de uma política de caráter público ao invés de basear-se na cupidez privada.»³³

O caráter ideológico da posição de Berle e Means, independentemente de seu valor científico, é evidente. Alguns cientistas sociais liberais procuravam ver o fim do capitalismo e o estabelecimento de uma sociedade mais justa e racional a partir da tomada pacífica do poder por uma tecnocracia neutra. Percebendo que o ca-

³³ *Idem*, p. 356.

pitalismo teria necessariamente que desaparecer, preferiam vê-lo substituído paulatinamente por um sistema dominado por técnicos e administradores profissionais. O tecnocratismo tornava-se assim o herdeiro do capitalismo. Mais do que isto, tornava-se a consequência lógica do êxito do desenvolvimento capitalista. Era o capitalismo que se tornava mais racional; eram os capitalistas que entregavam a direção de suas empresas a administradores profissionais competentes. Era a ideologia tecnoburocrática que se esboçava.

Antes, porém, que a ideologia tecnoburocrática tivesse tempo de definir-se, surge uma idéia pioneira que iria colocar pela primeira vez de forma clara e precisa o problema da revolução tecnoburocrática. Em 1941, enquanto a Segunda Guerra Mundial ocorria, James Burnham publica um livro extraordinário, que teria enorme repercussão e causaria profundas irritações: *The Managerial Revolution*. Nesse livro Burnham apresenta-nos um grande quadro da revolução tecnoburocrática, ou gerencial, segundo seus termos, por que o mundo estava passando. Diz-nos ele que, em relação ao futuro do sistema capitalista, podemos adotar três teorias alternativas: a de que o capitalismo deverá permanecer para sempre, a de que o capitalismo será substituído pelo socialismo, e, finalmente, a de que o capitalismo será substituído pela sociedade gerencial. Depois de analisar e descartar as duas primeiras alternativas, Burnham opta pela terceira. Segundo essa teoria — a teoria da revolução gerencial — nós vivemos em um período de transição social, política, econômica e cultural extremamente rápida e profunda.

«Essa transição *parte* de um tipo de sociedade que nós temos chamado de capitalista ou burguesa para um tipo de sociedade que nós chamaremos *gerencial*... O que está ocorrendo nessa transição é uma luta em busca de dominância social, poder e privilégio, em busca da posição de classe dominante, travada pelo grupo social ou classe dos *administradores* (gerentes).»³⁹

³⁹ BURNHAM, James, *The Managerial Revolution*, Bloomington, Indiana University Press, 1960, p. 71. Primeira edição: 1941.

Burnham havia sido trotskista militante, conhecia o método histórico-dialético marxista, e o emprega sistematicamente. Mas rompera com o trotskismo, e adota, em seu livro, uma posição de independência pessoal, que irritaria a todas as correntes. Desagradaria aos capitalistas conservadores, porque previa o fim de seu sistema. Aborreceria aos socialistas de todos os matizes na medida em que previa o tecnocratismo e não o socialismo como substituto do capitalismo. Irritaria os ideólogos em emergência da tecnoburocracia porque, embora prevendo sua vitória, não lhes revelava nenhuma simpatia.

De fato, já então Burnham colocava os tecnoburocratas das sociedades capitalistas modernas na desagradável companhia dos facistas, nazistas e stalinistas. Para Burnham, o facismo e o leninismo-stalinismo são manifestações da revolução gerencial tanto quanto a paulatina tomada do poder, nos Estados Unidos, pelos administradores profissionais. Na verdade, os dois primeiros casos, marcados pela centralização do poder e pelo totalitarismo, seriam situações mais acabadas de sociedade gerencial do que a norte-americana, em que o capitalismo ainda continuava vigente, ainda que em processo de decadência.

O livro de Burnham suscitou uma enorme discussão. Os ideólogos da tecnoburocracia, defensores intransigentes do sistema político e social norte-americano, concordaram com a tese central do livro, deram boas-vindas à revolução gerencial, mas indignaram-se com a colocação em um mesmo barco da tomada do poder pelos administradores profissionais nos Estados Unidos e pelos nazistas e stalinistas, respectivamente na Alemanha e na União Soviética. Era-lhes impossível conceber a hipótese de que, em última análise, os três movimentos tinham profundos traços em comum: eram governos de tecnoburocratas, originários da classe média, que se propunham racionalizar e tornar mais eficiente o sistema social.

Sem dúvida os gerentes norte-americanos jamais se aproximaram do totalitarismo e do desrespeito aos direi-

tos individuais que marcaram o nazismo e o stalinismo. Mas a história recente tem mostrado que mesmo um governo marcado por profundas tradições democráticas, como o norte-americano, quando começa a ser dominado por uma tecnoburocracia, seja civil e/ou militar, é capaz de cometer violências contra a própria democracia, em nome da eficiência e da segurança nacional.

Já os intelectuais de esquerda receberam a tese de Burnham de forma totalmente negativa. Recusaram-se, totalmente, a aceitar a tese de que a revolução gerencial estava ocorrendo nos Estados Unidos. Nesse sentido, passaram a recusar a validade das conclusões da pesquisa de Berle e Means, contrapondo-a a outras pesquisas. Um dos líderes dessa posição, nos Estados Unidos, foi Paul Sweezy, que cita um estudo realizado em 1940 por Goldsmith e Parmelee, baseado em pesquisa realizada pela *Securities and Exchange Commission*, segundo a qual,

«em cerca de 140 das 200 companhias (as maiores companhias não financeiras dos Estados Unidos), o número de ações em mãos de um só grupo de interesses era bastante grande para justificar, juntamente com outras indicações, tais como a representação na gerência, a classificação de tais companhias como estando mais ou menos definitivamente sob controle dos proprietários».⁴⁰

A este dado Paul Sweezy acrescenta a observação de que, entre as empresas menores, a proporção das empresas sob controle dos proprietários deve ser muito maior. Por outro lado, acrescenta, os administradores profissionais,

«embora possuindo uma *proporção* reduzida de ações, quase sempre são proprietários de quantidades *absolutamente* grandes

⁴⁰ GOLDSMITH, Raymond W., PARMELEE, Rexford C., *The Distribution of Ownership in the 200 Largest Non-Financial Corporations*, INEC, Investigaçãõ sobre a Concentraçãõ do Poder Econõmico, *Monografia* n. 29, Government Printing Office, 1941. Citado por SWEETZ, Paul, *Ensaio sobre Capitalismo e Socialismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1965, p. 45.

das mesmas, de modo que seus interesses mostram-se, em grande parte, idênticas ao do grupo proprietário». ⁴¹

E concluiu citando a revista *Fortune* que, depois de analisar os resultados da pesquisa realizada pela *Securities Exchange Commission*, afirma:

«Está claro que a idéia de propriedade absenticista, como geralmente interpretada, é uma grande fábula.» ⁴²

Em outro trabalho publicado no mesmo livro, Sweezy, tomando também as 200 maiores empresas não financeiras dos Estados Unidos e os 50 maiores bancos, realizou em 1939 um estudo, a convite do National Resource Committee, sobre os grupos de interesse na economia norte-americana. A conclusão a que chegou foi que aquelas 250 empresas, que controlavam grande parte dos ativos industriais (34%), de utilidade pública (75%) e ferroviários (95%) dos Estados Unidos, eram em última análise controladas por apenas oito grupos de interesse: Grupo Morgan-First National, Grupo Rockefeller, Grupo Kuhn-Loeb, Grupo Mellon, Grupo de Chicago, Grupo Du Pont, Grupo de Cleveland e Grupo de Boston. ⁴³

A conclusão da esquerda, reproduzida sistematicamente em todos os textos em que intelectuais de esquerda analisam o capitalismo contemporâneo e suas tendências, é a de que a separação da propriedade e do controle das empresas, a revolução gerencial, a emergência da tecnocracia, a superação do sistema capitalista, que aos poucos vai sendo substituído pelo tecnoburocratismo, são simplesmente mitos. O controle das empresas continua nas mãos dos grandes proprietários, que continuariam a se constituir na classe dominante por excelência dos países ocidentais industrializados.

⁴¹ SWEETZ, Paul, *A Ilusão da Revolução dos Gerentes*, em *Ensaio sobre Socialismo e Capitalismo*, Zahar Editores, 1965, Rio de Janeiro, p. 46. Artigo publicado originalmente em *Science & Society*, edição de inverno de 1942.

⁴² *Idem*, *ibidem*.

⁴³ SWEETZ, Paul, *Grupos de Interesse na Economia Norte-Americana*, em *Ensaio sobre Socialismo e Capitalismo*, op. cit., pp. 159 a 198.

A esquerda adota, assim, uma posição equivocada de um significativo imobilismo, que se choca profundamente com a concepção dinâmica da história em que pretendidamente deveriam basear-se. Para fundamentar sua posição, fazem apelo a pesquisas, as quais, às vezes, têm o condão de sugerir exatamente o oposto ao que estão procurando provar. Ralph Miliband, por exemplo, analisa uma pesquisa recente realizada por Robert Sheehan, a qual indicaria que, das 500 maiores empresas norte-americanas, 150 ainda continuariam sob controle de indivíduos ou famílias.⁴⁴ Com base nesses 30% que ainda estariam nas mãos dos proprietários capitalistas, Robert Sheehan comenta:

«A evidência que 30% das 500 maiores empresas industriais são claramente controladas por indivíduos identificados ou por grupos familiares... sugere que colocar de lado o tradicional proprietário norte-americano constitui um ligeiro exagero e que o muito propagado triunfo da organização está longe de ser total.»⁴⁵

Entretanto, se este contra-ataque constitui, por si só, uma admissão da revolução tecnoburocrática em marcha nos Estados Unidos, a observação seguinte é definitiva a respeito. O critério de controle usado foi, segundo Sheehan e Miliband, muito conservador. Foram considerados sob controle de um indivíduo ou de uma família as empresas em que um acionista ou um grupo de acionistas representando uma família possuísem 10% ou mais de ações.

Ora, não vamos discutir aqui percentagens. Admitimos que em muitos casos é possível controlar uma empresa com menos do que 10% de suas ações. Este fato é conhecido. Mas fica ao mesmo tempo claro que o processo de substituição dos proprietários pelos administradores, nos Estados Unidos, já alcançou grande profundidade.

⁴⁴ MILIBAND, Ralph, *Professor Galbraith And American Capitalism*, em *Economics: Mainstream Readings and Radical Critiques*, editado por David Marmelstein e Robert Lekachman, Nova York, Random House, 1970, p. 534.

⁴⁵ *Idem, ibidem.*

Apenas 30% das 500 maiores empresas norte-americanas ainda estariam sob controle de proprietários capitalistas, desde que aceitemos que bastam 10% das ações de uma empresa para controlá-la.

Finalmente, temos uma pesquisa que nos parece definitiva, ao ilustrar não só o grande poder e autonomia já alcançados pelos administradores profissionais nos Estados Unidos, mas também o caráter dinâmico, com tendência sempre a tornar-se mais acentuado desse processo de emergência da tecnoburocracia. Robert J. Lerner realizou em 1963 uma pesquisa visando atualizar os dados da pesquisa original de Berle e Means, já citada, realizada em 1929. Para distinguir, entre as 200 maiores empresas norte-americanas, qual o tipo de controle existente, adotar os mesmos critérios de Berle e Means. Foi apenas um pouco mais conservador em estabelecer a distinção entre controle por minoria e controle por administradores profissionais. Berle e Means estabeleceram que, se nenhum grupo possuísse mais de 20% das ações de uma empresa, essa empresa seria considerada como sendo controlada por administradores profissionais. Lerner baixou uma linha divisória para 10%. Não obstante, essa modificação, porém os resultados que obteve revelaram um enorme aumento do número de empresas controladas por administradores profissionais. Vimos que em 1929, 44% das empresas eram controladas por administradores profissionais. Em 1963 essa porcentagem havia aumentado para 84,5%. Em contrapartida, os demais tipos de controle haviam sido drasticamente reduzidos. Nenhuma empresa mais era propriedade de um ou alguns indivíduos, contra 6% em 1929; 2,5% das empresas eram controladas por maioria, 9% por minoria de ações e 4% por artifício legal, contra, respectivamente, 5%, 23% e 21% em 1929, além de 1% em situação indefinida. “

Estes dados são impressionantes. Sempre será possível argumentar que, mesmo com menos de 10% das ações

* LARNER, Robert J., *Ownership and Control in 200 Largest Nonfinancial Corporations, 1929 e 1963*, em *American Economic Review*, setembro de 1966, pp. 777-787.

de uma empresa, é possível a um grupo capitalista controlá-la. Em um caso, na pesquisa acima citada, isto foi verificado, e a empresa foi considerada como sendo controlada pela minoria e não por administradores profissionais. Entretanto, mesmo que admitamos que a pesquisa superestime um pouco o número de empresas controladas por administradores profissionais, ela certamente subestima a mudança havida, ao ter baixado a linha divisória de 20% para 10%. E, apesar disto, a mudança foi radical. O aumento do número de empresas controladas por administradores profissionais foi tão expressivo, que se transforma em um poderoso argumento a favor da tese de que a revolução dos gerentes, ou a emergência da tecnoburocracia está ocorrendo em ritmo acelerado.

Apesar destes dados, porém, os cientistas sociais de esquerda continuam a adotar uma firme posição contra a idéia da tecnocracia. Paul Sweezy, como um de seus grandes líderes, deu a tônica básica da crítica. Os gerentes, os administradores profissionais, os técnicos detêm uma certa soma de poder. Mas são meros auxiliares, meros assessores dos capitalistas. Servem o capital antes de qualquer outra coisa. E disto tiram benefícios pessoais. Não têm, porém, poder real, nem representam o processo de liquidação do sistema capitalista. Afirma Paul Sweezy:

«Os gerentes são os assalariados mais bem pagos sob o capitalismo. Seu descortino e objetivos estão inteiramente ligados aos de seus superiores e sua maior ambição é a de se tornarem genuínos funcionários do capital, seja como donos ou como administradores. Em suma, acham-se inteiramente despreparados, por treino e posição social, para adotar uma posição histórica independente.»⁴⁷

⁴⁷ SWEETZ, Paul M., *A Ilusão da Revolução dos Gerentes*, op. cit., p. 63. Sobre o assunto ver também o trabalho clássico de C. Wright Mills, *Marx para Gerentes*, em *Poder e Política*, Zahar Editores, 1965, Rio de Janeiro. Esse artigo foi publicado em 1942, mais ou menos na mesma época em que Sweezy escreveu seu trabalho, ambos criticando o livro de James Burnham, *The Managerial Revolution*, já citado.

No mesmo sentido, afirma Robert Fossaert:

«Esta tecnocracia não existe de fato: não se trata de uma classe dominante a um passo de desalojar a burguesia. Existem certamente os tecnocratas, enquanto técnicos aptos a dirigirem o aparelho do Estado ou a economia. Estes, entretanto, não podem aparecer enquanto permanecer incontestado o domínio da burguesia: ela os assimila, integrando-os em seus negócios, em seus interesses, em suas famílias.»⁴⁸

A mesma tese foi defendida por Carlos Estevam Martins, que publicou recentemente artigo cujo título já é altamente indicativo de seu conteúdo: «Tecnocracia ou Tecnoassessoria».⁴⁹ Nesse artigo, depois de restringir o conceito de técnico de maneira bastante radical, excluindo administradores e militares, o autor faz uma análise ampla e rigorosa do problema, procurando demonstrar que: a) os tecnocratas simplesmente assessoram o poder capitalista, burocrático ou militar existente; b) os tecnocratas não são escolhidos de acordo com critérios de competência, mas de acordo com o grau de «parentesco ideológico»; c) as decisões freqüentemente não são tomadas de acordo com bases técnicas; d) a tecnocracia não constitui um agrupamento social específico. E conclui:

«Por falta de *tecnocratas*, até onde se sabe, nenhum governo morreu ou morrerá à míngua. Sejam quais forem os objetivos perseguidos pela elite governamental, sejam quais forem os meios que ela julgue conveniente empregar para a consecução do que tem em mira, sempre existe, na quantidade e na qualidade desejada, uma oferta satisfatória de especialistas ansiosos por construir por suas próprias mãos a fachada tecnocrática que a elite governamental deseja exibir aos olhos do grande público.»⁵⁰

Posição semelhante é tomada pelos marxistas, quando analisam o problema da tecnocracia e da revolução dos gerentes. Jean Meynaud resume a posição dos marxistas:

⁴⁸ FOSSAERT, Robert, Um Novo Capitalismo?, tradução de "L'Avenir du Capitalisme", cap. VII, 1961, em *Perspectivas do Capitalismo Moderno*, organizado por Lutz Pereira, Rio de Janeiro, Zahar, 1971, p. 48.

⁴⁹ MARTINS, Carlos Estevam, Tecnocracia ou Tecnoassessoria, em *Revista de Administração de Empresas*, vol. 10, n. 3 (1970).

⁵⁰ *Idem*, p. 66 (grifo do autor).

«Segundo eles, a colocação em evidência dessa categoria tem por objetivo estabelecer uma cortina de fumaça ao abrigo da qual os dirigentes capitalistas manipulam em proveito próprio a vida nacional. Em resumo, a proclamação da «era dos organizadores» tem por objetivo dissimular a fase monopolística do capitalismo.»⁵¹

E o próprio Jean Meynaud, que não é marxista, mas prefere adotar uma atitude prudente em relação ao problema, recusa-se a aceitar a tese de que os tecnocratas estão assumindo o poder nas sociedades capitalistas. Seu poder e influência têm crescido muito. Sua ascensão tem provocado profundas mudanças dentro do sistema capitalista, mas este continua vigente. Nos termos de Meynaud:

«Sem dúvida, o capitalismo moderno sofreu numerosas modificações em relação às práticas antigas: entretanto, se os métodos de recrutamento do círculo dirigente sofreram transformações notáveis, nem a unidade nem a homogeneidade desse grupo me parecem seriamente comprometidas — as diferenças de comportamento observadas, sem ser negligenciáveis, são em média de ordem simplesmente tática.»⁵²

Esta discussão sobre a realidade ou não da revolução tecnoburocrática ainda não terminou e provavelmente ainda serão necessárias algumas décadas para que termine. A velha esquerda tem bons motivos para recusar a tese.

Em primeiro lugar, uma revolução tecnoburocrática, a tomada paulatina mas firme do poder por um grupo de técnicos — especialistas, administradores e militares burocratizados — provenientes da classe média, contraria profundamente a análise política (não o método) de Marx, tão claramente expressa no «O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte». Analisando a tentativa de aliança, contra a grande burguesia, de pequenos burgueses e ope-

⁵¹ MEYNAUD, Jean, *La Technocratie, Mythe ou Réalité?*, Paris, Payot, 1964, p. 161.

⁵² *Idem*, p. 170.

rários, através do Partido Social Democrático, em 1848, Marx mostra que a classe média tende a ser idealista e alienada em sua ação política, na medida em que seus interesses subordinam-se aos da grande burguesia. Mostra ainda como a classe capitalista e seu representante, Luís Bonaparte, se apóiam na classe média. Nas palavras de Marx:

«Com a autoridade executiva que se tornou um poder independente, Bonaparte considera sua missão «salvaguardar a ordem burguesa». Mas a força dessa ordem burguesa está na classe média.»⁵³

Em segundo lugar, esta é em geral uma tese conservadora. E' efetivamente uma forma pela qual os ideólogos do *status quo* pretendem que o sistema econômico e social capitalista está pacificamente evoluindo, em um sentido de maior racionalidade, maior eficiência, maior justiça social. Muitas vezes é realmente um mero disfarce do sistema capitalista ainda vigente em muitas áreas.

Em terceiro lugar, a velha esquerda repudia a tese tecnoburocrática porque, efetivamente, ela tem sido muitas vezes exagerada. Berle e Means de um lado e Burnham de outro incorreram neste erro. Burnham, como o lançador pioneiro da hipótese da revolução tecnoburocrática, levou-a até às suas últimas conseqüências. Entusiasmou-se pela idéia do ponto de vista intelectual, embora não tivesse nenhum entusiasmo pela mesma do ponto de vista moral. Berle e Means e todos os ideólogos da sociedade capitalista ocidental (Peter Drucker em *The New Society*⁵⁴, Fourastié e Laleuf em *Revolução no Ocidente*⁵⁵, Andrew Hacker em *The Corporation Take Over*⁵⁶, entre muitos outros) também se tornaram defensores decididos da tese da revolução tecnoburocrática, na medida em que a identificam o capitalismo monopolista do século

⁵³ MARX, Karl, *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, São Paulo, Editora Escrita, 1968, pp. 51-57 e 141.

⁵⁴ DRUCKER, Peter F., *The New Society, An Anatomy of Industrial Order*, Nova York, Harper & Brothers, 1950.

⁵⁵ FOURASTIÉ, Jean e LALEUF, André, *Revolução no Ocidente*, tradução de *Revolução à l'Ouest*, Lisboa, Livraria Clássica, 1961.

⁵⁶ HACKER, Andrew, *The Corporation Take-Over*, Nova York, Doubleday, 1965.

XX. Na verdade, praticamente todos os intelectuais norte-americanos, exceto os marxistas, passaram a adotar a tese da revolução tecnoburocrática. Uns mais decididamente, outros menos. Muitas vezes usando outros nomes, como «sociedade industrial», «sociedade de consumo em massa», e mesmo a expressão genérica de «mundo moderno». Na verdade, porém, sob a liderança principalmente de Adolf Berle, que depois de seu clássico livro com Gardner Means, já citado, publicou uma série de trabalhos políticos que definem a ideologia oficial norte-americana (em especial, *Power Without Property* e *The American Economic Republic*⁶⁷), os intelectuais norte-americanos conservadores ou liberais têm adotado a tese da revolução tecnoburocrática em uma atitude tipicamente ideológica, que, naturalmente, revolta os marxistas. A revolução dos gerentes é vista como um bem, como um aperfeiçoamento. Por outro lado, a velha ideologia capitalista liberal em plena decadência, não tem meios, por si só, de justificar o sistema vigente. A ideologia tecnoburocrática torna-se assim um meio de justificar o *status quo*. A extensão já alcançada pela revolução tecnoburocrática é então tanto exagerada quanto exaltada. A análise científica dá lugar à análise ideológica.

E' certo que já começam a surgir intelectuais que defendem a tese de revolução tecnoburocrática, mas não demonstram entusiasmo por ela. Pelo contrário, a criticam. Como já vimos, Burnham encontra-se nessa categoria desde os anos quarenta. Mais recentemente esta posição vem sendo generalizadamente adotada pela nova esquerda. Galbraith, por exemplo, em *O Novo Estado Industrial*, já revela uma posição amargamente crítica em relação à tecnoestrutura. Theodore Roszak, um dos porta-vozes da contracultura e do novo pensamento radical norte-americano, é ainda mais decidido em sua crítica. Em *The Making of a Counter Culture*⁶⁸, a tecnocracia é vista como a marca distinta de nosso tempo e como o inimigo número um a ser combatido pelos jovens, pela

⁶⁷ BERLE, Adolf A., *Power Without Property*, Nova York, Harcourt, 1959, e *The American Economic Republic*, Nova York, Harcourt, 1963.

⁶⁸ ROSZAK, Theodore, *A Contracultura*. Petrópolis, Editora Vozes, 1972.

nova esquerda, pelo movimento *underground*, pela contracultura. A tecnocracia está em toda parte, domina toda a nossa vida e todas as nossas consciências. Nas suas palavras,

«a tecnocracia não é produto exclusivo do velho diabo capitalista. Antes é o produto de um industrialismo maduro em processo de acelerada transformação. A procura do lucro poderia ser eliminada; a tecnocracia continuaria no poder. O problema chave que nós temos que resolver é o paternalismo dos técnicos dentro de um sistema sócio-econômico inextrincavelmente preso à técnica».⁹⁹

Esta posição, porém, que ao mesmo tempo admite a ocorrência de uma revolução tecnoburocrática e a crítica considerando-a um mal ou um perigo, é em geral incompreensível para o intelectual da esquerda tradicional e para o marxista ortodoxo. Estes dois personagens, que normalmente se confundem, são em grande parte também vítimas da ideologia tecnoburocrática, que tanto criticam. O marxismo e o socialismo do século XIX são ambos frutos do racionalismo, cuja expressão mais pura e perfeita, no século XX, é o tecnoburocratismo. O representante da esquerda tradicional é antes de mais nada um defensor do racionalismo econômico que domina o mundo desde a Renascença. Nesses termos, ele se sente profundamente atraído pelo ideal tecnoburocrático de uma sociedade racional e eficiente, dirigida de acordo com os padrões estabelecidos pela capacidade técnica. Nesses termos, admitir a revolução tecnoburocrática é admitir que algo de bom está acontecendo para o sistema capitalista de forma espontânea e pacífica. E' renunciar à revolução socialista. Em última análise, é para ele sinônimo de adesão ao sistema capitalista. Logo, já que intelectual da esquerda tradicional é incapaz de criticar a tecnocracia, a qual se enquadra perfeitamente em seu ideal racionalista, seu único recurso é negar sua existência. Ele nega terminantemente a existência de um poder tecnocrático, reduz o mais possível o significado da revolução tecnoburocrática, na medida em que é incapaz de criticá-la,

⁹⁹ *Idem.*

na medida em que aceitar sua existência significa a ela aderir.

Entretanto, tudo indica que a discussão em torno da existência ou não da revolução tecnoburocrática nos países capitalistas avançados tenderá cada vez mais perder o sentido na medida em que essa revolução avançar. Não há dúvida que ela está longe de estar terminada. Já vimos que, paradoxalmente, é nos países capitalistas avançados que ela se encontra mais atrasada. Já vimos também que os seus ideólogos tendem a exagerar-lhe a profundidade já alcançada. É indiscutível, porém, que em todos os setores da vida econômica, social e política o poder tecnoburocrático avança em passos rápidos.

O capitalismo continua vigente. A classe capitalista continua no poder. Mas não é mais a única a dele participar, e provavelmente não é mais a mais importante. Nos termos de Wright Mills, a elite do poder diversificou-se. Aos velhos capitalistas juntaram-se os administradores profissionais de empresas, os militares, os políticos e os funcionários burocráticos. No seio da própria classe capitalista o que ocorreu, segundo Mills, foi a participação dos administradores que, juntamente com os grandes proprietários, transformaram-se nos «ricos associados»:

«O que ocorreu, segundo penso, foi a reorganização das classes proprietárias, juntamente com os funcionários de altos salários, formando um novo mundo associado de privilégios e prerrogativas... Os ricos associados, portanto, compreendem os membros dos 400 metropolitanos, dos ricos nacionais que possuem enormes fortunas americanas, bem como os altos dirigentes das grandes empresas. A classe dos donos, numa época em que a propriedade se divide em vários, transformou-se na classe dos ricos associados, e associando-se consolidou seu poder e atraiu para sua defesa novos homens, de substância mais executiva e mais política.»⁶⁰

⁶⁰ MILLS, C. Wright, *A Elite do Poder*, tradução de *The Power Elite*, Rio de Janeiro, Zahar, 1962, pp. 182-183.

Mills, portanto, embora ainda incluindo-se entre os que negam a revolução tecnoburocrática, já admitia em 1956 que o capitalismo estava sofrendo profundas transformações. Aos proprietários juntavam-se os administradores, no controle do sistema econômico e de seus privilégios. No plano mais amplo da política, porém, Mills, depois de recusar a simplificação marxista de que o poder está exclusivamente nas mãos dos homens de empresa, e a simplificação liberal, de que esse mesmo poder está nas mãos dos políticos⁶¹, cria a expressão «elite de poder». E a define:

«Seus membros estão espalhados por todo o país, é uma coalizão de generais no papel de diretores de empresas, de políticos fantasiados de generais, de dirigentes econômicos agindo como políticos, de servidores públicos que se tornam majores, de vice-almirantes que são também assistentes de um funcionário de gabinete, que é, por sinal, um autêntico membro da elite dominante. Nem a idéia de uma classe dominante, nem de uma simples ascensão monolítica de políticos burocratas, nem de uma «igrejinha militar» é adequada. A elite do poder compreende a coincidência, por vezes difícil, do poder econômico, militar e político.»⁶²

Mills, portanto, embora negando-a, encontra-se próximo da tese da revolução tecnoburocrática. Se houvesse percebido que o fator novo que une administradores privados, administradores públicos e militares é o conhecimento técnico e organizacional, teria detectado a revolução tecnoburocrática. Teria percebido que nos países ocidentais industrializados o sistema é ainda capitalista, mas esse capitalismo desfigura-se rapidamente, tendendo a transformar-se em uma tecnoburocracia. Os administradores entram em um processo de cooptação com os proprietários, com eles se identificam, a eles servem, mas acabam começando a defender seus próprios interesses, que não são exatamente iguais aos dos capitalistas. Por

⁶¹ *Idem*, p. 332.

⁶² *Idem*, pp. 332-333.

outro lado o poder dos militares, dos economistas e dos administradores públicos cresce rapidamente, à medida em que o Estado aumenta enormemente de importância e amplia suas funções (o que é essencial para o poder tecnoburocrático afirmar-se), à medida em que o planejamento econômico, ainda que às vezes disfarçado, se generaliza, à medida que a política econômica torna-se de crucial importância para a sobrevivência dos governos, à medida em que os exércitos não só se burocratizam, mas também crescem espantosamente de tamanho, dentro da economia de guerra, que define o sistema misto tecnoburocrático-capitalista da segunda metade do século XX.

A revolução tecnoburocrática é portanto uma realidade — uma realidade pouco animadora, pouco otimista, mas uma realidade. Ela não se completou ainda. O velho capitalismo ainda resiste e os novos tecnoburocratas não têm pressa nem interesse em exterminá-lo. Como fez a burguesia com o feudalismo durante séculos, preferem conservadoramente com ele conviver e dele tirar benefícios, nos locais em que ele é forte. Mesmo nos países subdesenvolvidos, em que o capitalismo é muito mais frágil, os tecnoburocratas tendem a preservá-lo. Só os comunistas, por motivos óbvios, não o fizeram. O capitalismo, porém, não é o inimigo da tecnoburocracia. É simplesmente seu antecessor, sua matriz. A tecnoburocracia é fruto do capitalismo. Sabe que acabará por exterminá-lo e por estabelecer seu próprio sistema de poder e privilégio. Mas, reformista, muito mais que revolucionária, prefere ir devagar.